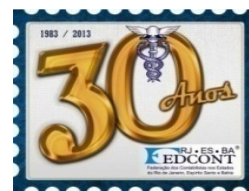




**BOLETIM ANO III – Nº 151**

**Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 2013**



## **IRRF - Receita institui novos modelos do Comprovante Eletrônico de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte e do Comprovante Eletrônico de Pagamentos de Serviços Médicos e de saúde**

Instrução Normativa RFB nº 1.416/2013 – DOU 1 de 09/12/2013

Por meio da norma em referência, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) aprovou os novos modelos de:

- a) Comprovante Eletrônico de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, pelo qual a fonte pagadora, pessoa física ou jurídica, que houver pago a pessoa física rendimentos com retenção do Imposto de Renda na Fonte (IRRF), durante o ano-calendário, ainda que em um único mês, poderá lhe fornecer o Comprovante Eletrônico de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, conforme leiaute constante do Anexo I da referida norma, observando-se que:
- a.1) a fonte pagadora deverá emitir, por meio de processamento eletrônico de dados, o comprovante cujo leiaute deverá conter todas as informações nele previstas, dispensada a assinatura eletrônica;
  - a.2) a instituição financeira que houver pago a pessoa física rendimentos em cumprimento de decisões da Justiça Federal ou do Trabalho também poderá lhe fornecer o mencionado comprovante;
  - a.3) o comprovante será fornecido com a discriminação da natureza e dos valores totais, expressos em reais, dos rendimentos, das deduções e do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), relativamente ao respectivo ano-calendário, bem como de informações complementares, observadas as instruções constantes do Anexo IV à referida norma;
- b) Comprovante Eletrônico de Pagamentos de Serviços Médicos e de Saúde, pelo qual a pessoa jurídica ou equiparada, nos termos da legislação do Imposto de Renda, que houver recebido de pessoa física pagamentos decorrentes de serviços de saúde e planos privados de assistência à saúde durante o ano-calendário, ainda que em um único mês, poderá lhe fornecer o Comprovante Eletrônico de Pagamentos de Serviços Médicos e de Saúde, conforme leiaute constante do Anexo II da norma referenciada, observando-se que:
- b.1) a pessoa jurídica ou equiparada deverá emitir, por meio de processamento eletrônico de dados, o comprovante cujo leiaute deverá conter todas as informações nele previstas, dispensada a assinatura eletrônica;

- b.2) para os efeitos desse comprovante, são considerados serviços de saúde:
- b.2.1) os prestados por psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, dentistas, hospitais, laboratórios e clínicas médicas de qualquer especialidade;
  - b.2.2) os serviços radiológicos, de próteses ortopédicas e dentárias;
  - b.2.3) os prestados por estabelecimento geriátrico, desde que classificado como hospital pelo Ministério da Saúde; e
  - b.2.4) os prestados por entidades de ensino destinadas à instrução de deficiente físico ou mental;
- b.3) para os efeitos desse comprovante, são planos privados de assistência à saúde os operados por pessoas jurídicas de direito privado, constituídas sob a modalidade de sociedade civil ou comercial, cooperativa, administradora de benefícios ou entidade de autogestão, desde que autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar a operar esses planos;
- b.4) o comprovante será fornecido com a discriminação da natureza e dos valores totais, expressos em reais, dos pagamentos de serviços de saúde e planos privados de assistência à saúde, relativamente ao respectivo ano-calendário, bem como de informações complementares, observadas as instruções constantes do Anexo V à referida norma.

Os comprovantes deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico do beneficiário, por meio da Internet, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente ao do:

- a) pagamento dos rendimentos, na hipótese do Comprovante Eletrônico de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte; ou
- b) recebimento do pagamento pelos serviços de saúde e planos privados de assistência à saúde, na hipótese do Comprovante Eletrônico de Pagamentos de Serviços Médicos e de Saúde.

Será facultada, mediante acesso restrito, a disponibilização do comprovante ao beneficiário no endereço eletrônico da fonte pagadora dos rendimentos e da pessoa jurídica ou equiparada recebedora dos pagamentos.

Os leiautes mencionados dos referidos comprovantes de rendimentos obedecerão às definições de tipos de dados estabelecidas no Anexo III da referida norma.

Ressalta-se que, à fonte pagadora dos rendimentos que prestar informação falsa sobre rendimentos pagos, deduções ou valor do IRRF, bem como à pessoa jurídica ou equiparada recebedora dos pagamentos que prestar informação falsa sobre pagamentos recebidos, será aplicada a multa de 300% sobre o montante que for indevidamente utilizado para reduzir o imposto a pagar ou aumentar o imposto a restituir ou a compensar, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais. Na mesma penalidade incorrerá aquele que se beneficiar da informação, sabendo ou devendo saber ser falsa.

Por fim, destacamos que fornecimento dos referidos comprovantes de rendimentos não desobriga a entrega dos comprovantes previstos na Instrução Normativa SRF nº 698/2006

(Comprovantes de rendimentos pagos ou creditados a pessoas físicas e jurídicas decorrentes de aplicações financeiras) e na Instrução Normativa RFB nº 1.215/2011 (Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte).

**Fonte: Editorial IOB**

## **Aos 95 anos, morre o Prêmio Nobel da Paz Nelson Mandela**

### PRETÓRIA

O líder sul-africano Nelson Mandela, 95, morreu ontem em sua residência, em Johannesburgo, para onde havia sido levado no dia 1º de setembro após passar quase três meses internado para tratamento de uma infecção pulmonar.

De acordo com o comunicado oficial divulgado no dia da transferência, Mandela continuava apresentando complicações pulmonares.

"O estado de saúde de Mandela continua crítico e, às vezes, instável. No entanto, sua equipe médica está convencida de que ele receberá o mesmo nível de cuidados intensivos em sua casa", dizia o texto. De acordo com o jornal local The Sunday Times, uma pessoa próxima à família afirmou que Mandela teria "parado de falar" no dia seguinte à hospitalização.

O ex-presidente tinha 94 anos e vivia em Johannesburgo com a mulher Graça Machel, viúva de Samora Machel (1933-1986), ex-presidente moçambicano.

Mandela foi o maior símbolo de combate ao regime de segregação racial conhecido como apartheid, que foi oficializado em 1948 na África do Sul e negava aos negros (maioria da população), mestiços e asiáticos (uma expressiva colônia de imigrantes) direitos políticos, sociais e econômicos.

A luta contra a discriminação no país o levou a ficar 27 anos preso, acusado de traição, sabotagem e conspiração contra o governo em 1963. Condenado à prisão perpétua, Mandela foi libertado em 11 de fevereiro de 1990, aos 72 anos. Durante sua saída, o líder foi ovacionado por uma multidão que o aguardava do lado de fora do presídio.

Em 1993, Nelson Mandela recebeu o Prêmio Nobel da Paz por sua luta contra o regime do apartheid. Na ocasião, ele dividiu o prêmio com Frederik de Klerk, ex-presidente da África do Sul que iniciou o término do regime segregacionista e o libertou da prisão.

Um ano depois, em 1994, Mandela foi eleito presidente da África do Sul, após a convocação das primeiras eleições democráticas multirraciais no país. Sua vitória pôs fim a três séculos e meio de dominação da minoria branca na nação africana.

Ao tomar posse, o líder negro adotou um tom de reconciliação e superação das diferenças. Um exemplo disso foi a realização da Copa Mundial de Rúgbi, em 1995, no país. O esporte era

uma herança do período colonial e, por isso, boicotado pelos negros, por representar o governo dos brancos.

Mandela deixou a presidência em 1999 e passou a se dedicar a campanhas para diminuir os casos de Aids na África do Sul, emprestando seu prestígio para arrecadar fundos para o combate à doença.

Em 2004, aos 85 anos, ele anunciou que se retiraria da vida pública para passar mais tempo com a família.

**Fonte: DCI 06.12.2013**

### **As frases memoráveis de Mandela**

Nelson Mandela seduzia plateias com sua inteligência e, em seguida, as arrebatava com suas observações. Segue abaixo uma seleção de algumas de suas frases mais memoráveis:

"Nenhum poder na Terra é capaz de deter um povo oprimido, determinado a conquistar sua liberdade", junho de 1961.

"Eu lutei contra a dominação branca, e eu lutei contra a dominação negra. Eu nutri o ideal de uma sociedade democrática e livre, na qual todas as pessoas vivem juntas em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal que espero viver para alcançar. Mas, se for preciso, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer", no julgamento por traição em abril de 1964, em Rivonia, quando foi confrontado com a possibilidade de ser condenado à morte.

"Eu me coloco aqui, diante de vocês, não como um profeta, mas como um humilde servo de vocês, o povo", ao ser libertado da prisão, em fevereiro de 1990.

"Que nunca, nunca, nunca mais esta bela terra experimente novamente a opressão de um pelo outro e sofra a indignidade de ser a escória do mundo. Que a liberdade reine" - discurso de posse como presidente, em maio de 1994.

"O prêmio foi um tributo a todos os sul-africanos e especialmente àqueles que lutaram; Eu aceitarei em nome deles", ao receber o Prêmio Nobel da Paz em dezembro de 1994.

"Tarde na vida, estou desabrochando como uma flor por causa do amor e do apoio que ela me dá", ao se casar com Graça Machel, em julho de 1998, aos 80 anos.

"Eu me retiro com a consciência tranquila, sentindo que cumpri meu dever, de alguma forma, com meu povo e meu país", ao deixar a presidência, em maio de 1999.

"Pelo menos podemos ficar bêbados... Da próxima vez, vamos vencer", em junho de 2000, depois que a Alemanha eliminou a África do Sul da disputa para sediar a Copa do Mundo de 2006.

"Meus chefes sempre disseram que eu tive 27 anos na prisão para vadiar. Agora é hora de correr atrás", sobre a vida na aposentadoria em novembro de 2000.

"Uma questão que me preocupava profundamente na prisão era a falsa imagem que eu projetei involuntariamente para o mundo exterior; de ser visto como um santo", declaração em seu último livro, "Conversations with Myself" (em tradução livre, "Conversas comigo mesmo"), de 2010.

"A ameaça da morte não evocou em mim o desejo de fazer o papel de mártir. Estava pronto para fazê-lo caso precisasse. Mas a ansiedade de viver sempre prevaleceu", sobre o risco da execução, em "Conversations with Myself".

"Nossa pretensão é de uma sociedade não racial... Estamos lutando por uma sociedade em que o povo deixará de pensar em termos de cor... Não é uma questão de raça; é uma questão de ideias" - trecho do livro.

"O que condeno é que uma potência, com um presidente sem visão, incapaz de pensar de forma adequada, agora quer mergulhar o mundo em um Holocausto", sobre o então presidente americano, George W. Bush, na escalada prévia à guerra no Iraque, em janeiro de 2003.

"Deveríamos levar a sério nossas próprias experiências e desempenho. Em um mundo cínico, nós nos tornamos inspiração para muitos" - último discurso no Parlamento, em maio de 2004.

"Posso assegurar que estamos prontos, somos capazes, desejosos e capazes, assim como apaixonados em sediar a Copa do Mundo" - em maio de 2004, sobre a campanha bem-sucedida da África do Sul para sediar a Copa de 2010.

"A Aids é um grande problema a ser enfrentado pelo mundo todo. Lidar com ele requer recursos muito além da capacidade de um continente. Um único país não tem a capacidade de lidar com ele" - em seu livro, "Conversations with Myself".

"O ANC (n.r: sigla em inglês para Congresso Nacional Africano) tem a responsabilidade histórica de liderar nossa nação e ajudar a construir uma sociedade unida não racial", dirigindo-se a simpatizantes do ANC em uma mensagem pré-gravada antes das eleições de abril de 2009.

**Fonte: por Estado de Minas - 06.12.2013**

## **A economia mal, o povo "bem"**

AS CRÍTICAS azedas, amargas ou mesmo vitriólicas (sulfúricas) ao governo podem sugerir a quem acompanha mais à distância o debate econômico que o Brasil está à beira de quebrar de modo operístico.

Pode ser que um ou outro crítico queira sugerir isso mesmo. No mais, há no máximo enorme irritação com o desperdício amadorístico de tempo, os cinco ou seis anos em que o Brasil

crescerá algo em torno de 2,5%, por aí, devido em grande parte a uma política econômica ruim. Ou com o fato de que o país não tem se preparado para crescer mais rápido mais adiante. Mudanças importantes, seja o freguês "desenvolvimentista", de "esquerda" ou "liberal", "de direita", demoram para ser feitas e fazer efeito: anos, meia década, uma década.

Uma década e meia de catástrofes e desastres, hiperinflações e quebras de fato, com mendigagens no FMI, talvez nos tenham deixado viciados em emoções fortes, insensíveis a tons de cinza (e cinza a coisa está, bem nublada).

A polarização política emburrecida entre PT e PSDB reforçou a tendência ao claro-escuro desinteligente (nada contra polarizações inteligentes, note-se de passagem).

Reconheça-se que os contrastes não terminam aí. Ao fim do governo de Dilma Rousseff, o Brasil terá passado por quatro anos de crescimento abaixo do medíocre, mas com uma das menores taxas de desemprego da história, consumo crescendo a pelo menos o dobro do crescimento do PIB (mas em ritmo cadente) e renda em alta (cada vez menor), em especial a dos mais pobres.

Como diz o lugar-comum recente, "a economia vai mal, mas o povo vai bem".

Como isso é possível? Não é possível. Há uma ou outra extravagância ainda não inteiramente explicada. Por exemplo, o desemprego muito baixo; o aumento veloz da renda das famílias, não muito coerente com a alta do PIB, da economia.

Ainda assim, não é possível que o povo continue "bem", e a economia "mal". A recíproca também não é verdadeira: que o crescimento econômico dependa do esfolamento do couro de trabalhadores ou pobres em geral.

Os sinais de que esse descasamento não é duradouro (não é "sustentável") estão ficando evidentes. No "agregado", no conjunto, tudo somado, nos endividamos cada vez mais. A dívida do governo cresce, a dívida das famílias cresce, nosso passivo com o exterior cresce (cada vez mais, desde 2007, compramos mais do que vendemos lá fora: nosso déficit externo cresce).

A inflação é um sintoma desses excessos, sintoma que de resto deixa sequelas, que podem redundar numa combinação de juros mais altos (dívida mais cara e crescendo mais rápido pelo menos em termos absolutos) e produtos mais caros (com o que nosso déficit externo cresce ou cai pouco), entre outros muitos problemas.

Juros e dólar mais caros, no fim das contas, são um sinal de que os credores do governo e os do país estão menos dispostos a financiar nossos desequilíbrios, um deles sendo a economia que vai mal com o povo "bem" (e que "bem" é esse, afinal?).

O crescimento baixo, persistente, vai esgotar as possibilidades de financiar melhorias sociais, por meio do mercado ou de transferências do governo. O resto é ilusão, mágica politiqueira.



**Vinicius Torres Freire** está na **Folha** desde 1991 06

Por: **Folha.com** – 06.12.2013

## STJ julgará tributação de férias

Está marcado para quarta-feira o julgamento do recurso da Fazenda Nacional contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que afastou a incidência da contribuição previdenciária sobre férias e salário-maternidade. O caso é da Globex, controladora do Ponto Frio.

Apesar de só valer para a varejista, o julgamento dos embargos de declaração é importante para todas as empresas. A confirmação da decisão significará redução no custo da folha de pagamentos.

Segundo advogados, porém, há chances de os ministros rediscutirem o assunto. A decisão do STJ está suspensa desde abril por determinação do próprio relator do processo, ministro Napoleão Nunes Maia Filho.

De acordo com a Receita Federal, uma decisão favorável às empresas significaria queda anual de R\$ 630,36 milhões na arrecadação apenas em relação ao salário-maternidade.

O Fisco não conseguiu calcular com segurança o impacto da isenção sobre as férias pagas ao funcionário. Os efeitos da decisão foram suspensos a pedido da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que apontou vício no julgamento.

Segundo a PGFN, os ministros da 1ª Seção do STJ teriam garantido, em sessão realizada no dia 4 de fevereiro, que o processo da Globex seria julgado depois de outro caso sobre o mesmo tema.

Naquela data, a 1ª Seção iniciou a análise de recurso repetitivo envolvendo a empresa Hidro Jet Equipamentos Hidráulicos, que discute o recolhimento de 20% de contribuição previdenciária sobre cinco verbas trabalhistas. O julgamento foi suspenso por um pedido de vista.

No dia 27 de fevereiro, porém, o caso da varejista foi julgado. Por unanimidade, os ministros definiram que as férias e o salário-maternidade não entram no cálculo da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Os procuradores da Fazenda Nacional estavam ausentes da sessão e, por isso, não fizeram a defesa oral na tribuna. Segundo a Fazenda Nacional, o recurso da Globex deveria aguardar o

juízo do recurso afetado como repetitivo.

Em outubro, o STJ finalizou o julgamento do caso da Hidro Jet, mas não proclamou o resultado por causa de um pedido de vista do ministro Herman Benjamin. Por ora, o placar mostra que apenas os salários maternidade e paternidade devem ser tributados, resultado diferente do proferido no processo da Globex.

**Fonte: Valor Econômico, por Bárbara Pombo - 09.12.2013**

## **Primeiro parlamentar condenado à prisão pelo STF não cumprirá pena**

Por : **Maíra Magro** | Valor

Federal (STF), o ex-deputado federal José Tatico (PTB-GO) ficou livre da pena. Ao julgar nesta quinta-feira um recurso de Tatico, o STF entendeu que a punição prescreveu, já que ele completou 70 anos, e declarou o fim do processo. Para pessoas com mais de 70 anos, o tempo de prescrição (extinção da punição) para esse tipo de caso cai pela metade.

Tatico foi condenado em setembro de 2010 a sete anos de prisão em regime semiaberto, por sonegação de contribuição previdenciária. Na ocasião, foi a primeira vez que o tribunal mandou um político para a cadeia, desde a Constituição de 1988, ainda que no regime semiaberto.

O ex-deputado pagou a dívida com a Previdência de aproximadamente R\$ 259 mil, mais multa, e entrou com embargos de declaração no STF – recurso usado para questionar omissões ou contradições na decisão. Ele não chegou a ser preso, pois aguardava o julgamento dos embargos.

O recurso começou a ser julgado em dezembro de 2011, mas as discussões foram interrompidas por pedidos de vista, até serem retomadas nesta quinta, quando faltava apenas o voto do ministro Celso de Mello.

O ministro desempatou a votação ao declarar que a punição prescreveu. Ficaram vencidos os ministros Carlos Ayres Britto (já aposentado), Joaquim Barbosa, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Teori Zavascki, que rejeitavam o recurso e determinavam a prisão. Para eles, como o ex-deputado só completou 70 anos e pagou a dívida depois da condenação, ele não poderia ser beneficiado com a prescrição.

**Fonte: JusBrasil – Publicado por Valor Econômico em - 05.12.2013**

## **Menos de 150 empresas concentram arrecadação extraordinária em 2013**

Responsáveis por parte dos recursos arrecadados, elas sustentaram a arrecadação extraordinária de R\$ 24,4 bi até novembro

O cumprimento das metas fiscais do governo em 2013 está nas mãos de menos de 150 grandes empresas. Responsáveis por grande parte dos recursos arrecadados nos



parcelamentos especiais criados pelo governo, elas sustentaram a arrecadação extraordinária de R\$ 24,4 bilhões até novembro.

De acordo com a Receita Federal, a reabertura do Refis da Crise e os parcelamentos especiais para instituições financeiras e multinacionais brasileiras atraíram 36 mil contribuintes até o fim de novembro. No entanto, segundo o próprio Fisco, 96,4% dos R\$ 20,4 bilhões arrecadados até agora com essas renegociações foram pagos por cerca de 75 instituições financeiras e 55 multinacionais brasileiras.

Somente no parcelamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), as instituições financeiras pagaram R\$ 12 bilhões à vista com desconto de 100% nas multas em troca de desistirem de questionar a cobrança dos tributos na Justiça. Somente essa modalidade representa 59,2% das receitas arrecadadas nas operações de renegociação.

A discussão em relação ao assunto existe porque a maioria das empresas está dispensada de pagar esses tributos sobre as receitas financeiras. O Fisco, no entanto, considera que as instituições financeiras têm de pagar 4,65% de PIS/Cofins porque a receita, nesse caso, tem origem na própria atividade dessas empresas.

As multinacionais foram responsáveis pela arrecadação de R\$ 7,6 bilhões no mês passado com o refinanciamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre lucros apurados em outros países. A maior parte desse valor, R\$ 6 bilhões, refere-se apenas à primeira parcela da dívida de R\$ 22,3 bilhões paga pela mineradora Vale, que terá 180 meses (15 anos) para quitar o restante do débito com abatimento nas multas e nos juros.

Em relação ao IR e à CSLL sobre os lucros de empresas coligadas e controladas no exterior, as multinacionais consideravam que os lucros auferidos no exterior não deviam ser tributados pelas leis brasileiras. Isso porque as empresas alegam que já pagam impostos sobre esses lucros nos países de origem. As discussões arrastam-se na Justiça, e as empresas tiveram de desistir das ações no Supremo Tribunal Federal para aderir ao parcelamento.

Na renegociação de IR e CSLL, as multas e os juros foram zerados para as empresas que pagaram à vista. Quem parcelou o débito teve de quitar 20% da dívida à vista para ter desconto de 80% nas multas e 40% nos juros. A companhia pôde ainda abater até 30% de prejuízos de outros anos da dívida total.

Os demais 36 mil de contribuintes que aderiram aos parcelamentos especiais estão concentrados no Refis da Crise, que permite o refinanciamento de dívidas de qualquer natureza

com a União, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Apesar do número de contribuintes ser bastante superior aos outros dois tipos de parcelamentos, o total arrecadado até agora foi bem menor. Em nove dias, de 21 a 30 de novembro, o governo arrecadou R\$ 112,97 milhões nessa modalidade de renegociação.

As receitas extraordinárias são importantes para o governo alcançar a meta de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida pública) sem recorrer a manobras fiscais. Até outubro, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) tinha economizado R\$ 33,4 bilhões, cerca de R\$ 40 bilhões abaixo da meta ajustada de R\$ 73 bilhões no ano. Somente com os parcelamentos especiais e o bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões do Campo de Libra, o governo conseguiu R\$ 35,4 bilhões em novembro, reduzindo para R\$ 4,6 bilhões o montante que precisará economizar nos últimos dois meses do ano com as receitas e despesas correntes (típicas).

**Fonte: Agência Brasil – Publicado pelo Jornal do Brasil em 07.12.2013**

## **O PIB que tira o sono de Dilma**

Economia brasileira cai 0,5% no terceiro trimestre, no pior resultado em quatro anos, e leva empresários e especialistas a aumentarem as críticas contra a presidenta

*Luisa Purchio*

Por mais que o desempenho do Produto Interno Bruto dependa de uma rede complexa de fatores, ele funciona também como um medidor da eficiência da autoridade máxima de um país. Para a presidenta Dilma Rousseff, que gosta de ser vista como uma supergerente que controla todas as decisões do governo e que é chamada pelo empresariado de “economista-chefe” da nação (afinal, não foi ela que disse, sobre o programa de concessão, “o modelo, meu querido, é meu?”), isso é ainda mais verdadeiro. Sob esse aspecto, a divulgação, na semana passada, da queda de 0,5% da variação do PIB no último trimestre em relação aos três meses anteriores deve ter causado enorme aborrecimento a Dilma. O resultado foi o pior em quatro anos e coloca o Brasil na rabeira dos países emergentes quando os dados econômicos são comparados. Pior ainda: os números ficaram abaixo do de nações como Espanha e Portugal, até recentemente mergulhadas em profunda recessão.

### **QUEM MANDA NA ECONOMIA?**

**Para muitos empresários, a centralizadora presidenta  
é a verdadeira economista-chefe da nação**

O índice negativo reflete a queda da performance de diversas áreas. A agropecuária, que nos últimos trimestres foi o motor que impulsionou o crescimento econômico, caiu 3,5%. O saldo dos investimentos também foi ruim, com redução de 2,2%. “Os empresários brasileiros pararam de investir porque não confiam que o governo vai resolver os problemas econômicos”, diz Paulo Roberto Feldmann, professor de economia da USP. “Há uma queda de braço entre Dilma

e o empresariado, que enxerga o governo como estatizante.” As críticas vêm de diversos especialistas. “Uma das coisas que fazem o investimento crescer é a estabilidade”, afirma Silvia Matos, pesquisadora de economia aplicada da Fundação Getulio Vargas. “O problema é que falta clareza nas regras. A taxa de juros, por exemplo, vai subir ou cair?” O investimento do próprio Estado, que depende de uma administração que equilibre gastos e arrecadação, também está baixo em comparação com o de outros países. O pequeno superávit primário é considerado por especialistas como um problema que precisa de solução imediata. “É hora de repensar as políticas fiscais”, afirma André Sacconato, diretor de pesquisa da Brasil Investimentos & Negócios (BRAiN).

É consenso entre especialistas que destravar os programas de concessões de rodovias, aeroportos e do pré-sal pode ser o fator determinante para a retomada do crescimento. Na semana passada, o jornal “Folha de S. Paulo” publicou que assessores presidenciais avaliaram que o governo errou em fixar taxas baixas demais de retorno para os leilões de infraestrutura. Isso, na análise interna do próprio governo, afetou a confiança do empresariado e reduziu o interesse pelos programas de concessão. Uma boa notícia veio há duas semanas, com os leilões dos aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, na região metropolitana de Belo Horizonte. Juntos, eles renderam R\$ 21 bilhões ao governo.

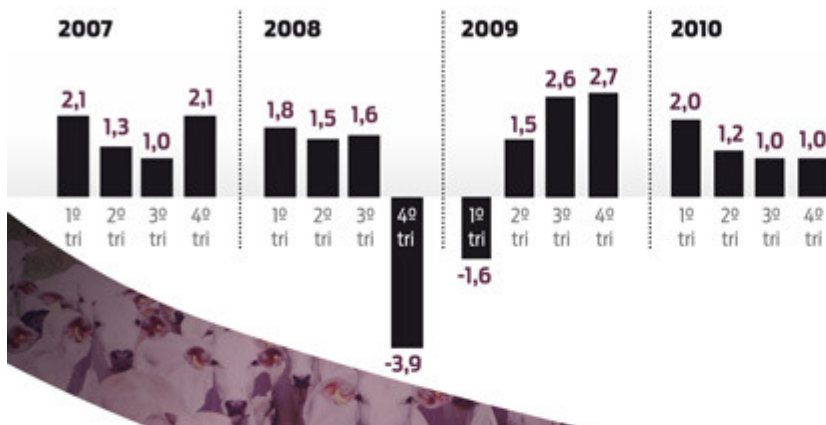
## **AGROPECUÁRIA**

### **Setor caiu 3,5% no terceiro trimestre. Safras como a de soja tiveram a produção concentrada no primeiro semestre**

Para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, não há motivo para pânico. Mantega afirmou que o baixo resultado do PIB se deve à base de comparação com o segundo trimestre, quando a economia brasileira cresceu bem: 1,8%. “O PIB acumulado está em 2,3%”, disse o ministro. Para ele, ainda é possível fechar o ano com alta de 2,5%, conforme projeções recentes. Na quarta-feira 4, um novo indicador divulgado pelo IBGE demonstrou que o resultado do quarto trimestre pode, sim, ser bem melhor. Em outubro, a produção industrial brasileira cresceu 0,6% ante setembro. Detalhe: a maioria dos analistas previa drástica redução desse indicador. Os números positivos da produção industrial indicam o aumento significativo da demanda por produtos, o que por sua vez é resultado da volta da confiança do consumidor. Outro bom sinal é a geração de empregos. Em 2013, o Brasil criou 1,4 milhão de vagas com carteira assinada, marca que já supera o resultado do ano inteiro de 2012. A economia brasileira parece mesmo capaz de surpreender.

## Variação do PIB em comparação com o trimestre anterior (em %)

### Governo Lula



### Governo Dilma



2013



Fonte: IBGE

### Crescimento médio anual do PIB, de 2008 a 2013 (em %)

China	8,98
Índia	6,05
Argentina	5,17
Chile	3,95
Brasil	3,07
Rússia	1,85
EUA	0,93
Alemanha	0,73
Reino Unido	-0,26
Espanha	-1,00

Fontes: FMI e IBGE

### Desempenho do PIB por setor no 3º trimestre em comparação com o trimestre anterior (em %)

#### Produção

Agropecuária	-3,5
Indústria	0,1
Serviços	0,1

#### Demanda

Consumo das famílias	1,0
Consumo do governo	1,2
Investimento (FBCF)	-2,2
Exportações	-1,4
Importações	-0,1
PIB	-0,5

Fonte: IBGE

Fonte: ISTOÉ INDEPENDENTE – publicado na edição – nº 2299 – 09.12.2013

## Matéria Especial “O liberalismo econômico” ( Projetos de Lei que estão no Congresso flexibilizando direitos trabalhistas)

O surgimento do sistema econômico que conhecemos como “capitalismo” é acompanhado por um conjunto de idéias e teorias que procuravam dar-lhe sustentação. Duas revoluções são reconhecidas como marcos da chegada da burguesia ao poder: a *revolução industrial ocorrida na Inglaterra (1640/1688)* e a *Revolução Francesa (1789)*. Enquanto a primeira abria as portas

para o *modo de produção* da nova economia (utilização de máquinas e economia industrial), a segunda criava a forma de governo e a *organização política da nova classe dominante*. É da França que surgem alguns dos principais "pensadores" do novo sistema.

Conhecidos como "liberais", defendiam uma visão de que o mercado e o próprio sistema criariam suas regras de funcionamento. A palavra de ordem que foi criada pelo médico e economista francês François Quesnay, resumindo este pensamento, era o "*Laissez-Faire*" ou, literalmente, *deixar fazer*. O trabalho de Quesnay foi desenvolvido posteriormente, na Inglaterra, por Adam Smith.

A base do pensamento desses teóricos era a de um Estado mínimo, que não fizesse qualquer intervenção no mercado e na economia. Acreditavam que as leis financeiras eram como as da física ou da matemática: *exatas e imutáveis*. Acreditavam que elas bastariam para repor no seu devido lugar qualquer desorganização momentânea da economia. O próprio mercado era o grande regulador de tudo. Achavam que o Estado não deveria intervir na economia, permitindo que a livre concorrência entre os produtores e o poder de organização da iniciativa privada agisse livremente.

Trecho extraído do Informativo de Ernesto Germano Pares. Para que possa ver na íntegra a matéria acesse em nosso site na página principal [www.fedcont.org.br](http://www.fedcont.org.br).

**Fonte: Informativo Ernesto Germano Pares nº 526**

## O mundo do trabalho e suas consequências

Cláudio Scandolara

Estamos vivendo o século XXI e, lamentavelmente, sofremos no mundo do trabalho consequências graves, como se estivéssemos no século XVIII. As pessoas naturais criam as pessoas jurídicas, e estas não são ficção jurídica. Sim, ficções na medida em que são incorpóreas em si mesmas, mas não no seu envolvimento com terceiros e com as pessoas que dela fazem parte, para dar-lhe vida e retorno financeiro. Lamentável que os criadores de tais ficções não incutam na direção dessas pessoas jurídicas tais obrigações, como princípios. Pensam apenas em si. Nada contra os lucros, pois elas só existem para esse desiderato, mas a favor de que tenha uma ampla participação no retorno social que possa dar a ela própria mais longevidade e mais dignidade de vida aos que a fazem existir. Temos hoje, no mundo, uma morte a cada 15 segundos por acidente do trabalho. Os números superam 2,5 milhões de mortes anuais. Nunca teremos o número exato, uma vez que muitos não são registrados. No Brasil, as mortes ultrapassam 750 mil anuais. Não sabemos com exatidão a quantidade de acidentes, que quando não matam, deixam inválidos permanente ou temporariamente.

Os empreendedores, por desconhecimento da legislação sobre Medicina e Segurança do Trabalho, ou, muita vezes, por ganância, não propiciam todos os meios necessários e legalmente exigíveis para que as atividades tenham menor risco. Outras vezes, fornecem equipamentos de segurança e não fiscalizam o uso obrigatório. Então, quando por isso são punidos administrativamente, por ação de fiscalização, ou por condenação judicial, as instituições é que sofrem os ataques, sem que eles batam no peito e assumam a parte da culpa que lhes cabe. Cabe uma advertência: zelem e tenham cuidado com o trabalhador. Deem a

esse colaborador condições de trabalho seguras e com dignidade. Tenham muito cuidado com os acidentes de trabalho, pois os poderes fiscalizadores e o poder Judiciário estão muito atentos.

Por : Cláudio Scandolara - *Juiz do Trabalho*

**Fonte: Jornal do Comércio – Publicado em 09.12.2013**

---

**Filiado a:**

